

A GUERRA DE CANUDOS NA GRANDE IMPRENSA DO RIO DE JANEIRO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA PESQUISA COM FONTE PRIMÁRIA E NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR-PESQUISADOR

Isadora Aires¹
Adelar Heinsfeld²

RESUMO

O presente trabalho consiste em um relato de experiência acerca de uma construção historiográfica, utilizando essencialmente a grande imprensa. Durante a disciplina de História do Brasil Republicano (1889-1930) - ministrada pelo docente do curso de História da Universidade de Passo Fundo, Prof. Dr. Adelar Heinsfeld - foi desenvolvida, no decorrer do primeiro semestre de 2025, uma pesquisa acerca dos acontecimentos que caracterizam a Primeira República. Resultando numa publicação sob a forma de coletânea de capítulos, material para além dos limites da academia. Pois, para haver formação integral de um licenciando é fundamental que esse experiencie a universidade em seus três pilares: Ensino, Pesquisa e Extensão. Tornando-se o professor-pesquisador agente da produção do conhecimento com o qual trabalha, não apenas um transmissor. Separado por capítulos, dediquei-me a estudar a Guerra de Canudos, conteúdo presente em livros didáticos, porém inúmeras vezes trabalhado erroneamente, sem a sensibilidade e criticidade necessária. Num primeiro momento calquei-me na bibliografia de grandes autores do assunto, para posteriormente manusear a grande imprensa. Ademais, a pesquisa histórica decorre da interpretação de fontes, estando intimamente ligada ao espaço-tempo em que analisa-se cada documento. Dessa ótica, todo documento tem seu valor histórico, representando um discurso. Ao utilizar a grande imprensa do Rio de Janeiro - *Jornal do Brasil* e *O Paiz* - como fonte primária tive como objetivo explorar narrativas construídas num dado momento; considerando o contexto sociopolítico-econômico do documento, a quem esse interessava e estava direcionado, como foi utilizado e o que fica subentendido nas entrelinhas. Assim, estuda-se o massacre ocorrido nos sertões da Bahia com a seriedade necessária, compreendendo como ele serviu para afirmação republicana. Desse modo, ao assumir o papel de professor-pesquisador, torna-se possível problematizar narrativas descompromissadas, articular ensino e pesquisa e promover um ensino de História mais crítico, sensível e comprometido com a complexidade dos processos históricos.

Palavras-chave: Imprensa, Guerra de Canudos, Professor-pesquisador, Pesquisa, Fonte Histórica.

INTRODUÇÃO

¹ Graduanda do Curso de História da Universidade de Passo Fundo - UPF, 198716@upf.br;

² Professor orientador: Doutor, História - UPF, adelar@upf.br.



A pesquisa e escrita acadêmica a qual deu origem ao presente relato constitui-se como uma experiência formativa essencial no percurso do professor-pesquisador, ao articular análise, interpretação e narrativa, mobilizando uma reflexão crítica e sensível acerca da Guerra de Canudos. A produção desse trabalho exigiu não apenas o diálogo com uma historiografia já consolidada, mas, sobretudo, a imersão em fontes primárias - a grande imprensa do Rio de Janeiro -, permitindo um contato direto com os discursos produzidos no cerne dos acontecimentos que caracterizam o período da Primeira República³, momento de extrema fragilidade, de um regime embrionário e recém-instaurado. Calcado em um golpe militar, o governo temia qualquer resquício monárquico que pudesse haver. Assim, o movimento dos canudenses foi considerado um perigo para a soberania republicana e evidenciou a direção frágil - do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes - à frente da nação. O movimento de pesquisar, de questionar e trazer à luz outros atores, ou ainda pautar interesses dos envolvidos é parte fundamental no processo do professor como sujeito ativo da pesquisa histórica, capaz de problematizar, reinterpretar e tensionar narrativas consagradas.

“Ao assumir o papel de pesquisador, o professor compromete-se com a elaboração própria, com o ato de questionar, com a emancipação, formação cidadã, criatividade, possibilita situações de descobertas e estimula os alunos ao senso crítico e a conquista da autonomia.” (SANTIAGO, L. 2024, p. 5)

O uso sistemático dos periódicos como fonte - essa que também pode ser trabalhada em sala de aula, junto dos estudantes - caracteriza-se como uma eficiente ferramenta para interpretar - ou reinterpretar - a construção simbólica e política da Guerra de Canudos no contexto da “República Velha”, produzida pelo Estado e perpetuada pela sociedade. Ademais, também possibilita considerar o modo como após mais de um século esse episódio sangrento é retratado e trabalhado de maneira “despretensiosa”, quando por meio deste é possível observar a maneira que a sociedade brasileira - cabeça e corpo - “desenvolveu-se” ao longo de sua história “democrática” e “progressiva”.

Longe de serem registros neutros, os jornais analisados expressam interesses, disputas e projetos de poder, atuando como agentes na legitimação das ações do Estado e na difusão de um ideário republicano que se pretendia civilizador. Nesse sentido, a análise da imprensa possibilitou observar como se construiu a imagem dos sertanejos enquanto inimigos da nação,

³ A Hemeroteca Digital Brasileira consiste em uma plataforma online mantida pela Fundação Biblioteca Nacional que reúne milhares de periódicos digitalizados, abrangendo diferentes regiões do Brasil e distintos períodos históricos. Voltada à preservação e à democratização do acesso à imprensa, a ferramenta possibilita a consulta remota a jornais e revistas, permitindo pesquisas sistemáticas sem a necessidade de deslocamento aos arquivos físicos. Para o campo da História, a Hemeroteca constitui-se como um recurso fundamental, ao ampliar o acesso às fontes primárias e favorecer análises críticas sobre os discursos, representações e narrativas veiculadas pela imprensa ao longo do tempo. O site encontra-se disponível aqui: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>



fanáticos e bárbaros, ao mesmo tempo em que se exaltava o Exército como defensor da ordem, do progresso e das instituições republicanas.

A experiência de pesquisa também permitiu questionar narrativas historicamente cristalizadas que tendem a reduzir Canudos a um conflito meramente religioso ou messiânico. Ao confrontar os discursos jornalísticos com a produção historiográfica, torna-se possível evidenciar o caráter político do conflito e problematizar a atuação de um governo republicano recém-instaurado, que, em nome da afirmação do novo regime, lançou mão de uma repressão violenta e atroz contra uma população marginalizada e historicamente excluída e esquecida dos projetos nacionais. Assim, Canudos emerge não apenas como episódio de resistência sertaneja, mas como palco simbólico da consolidação autoritária da República.

Dessa forma, a produção da pesquisa que resultou numa publicação sob a forma de coletânea de capítulos reafirma a importância da pesquisa com fontes primárias na formação do professor de História, ao estimular uma postura questionadora e crítica frente aos discursos do passado. Mais do que reproduzir interpretações consagradas, o trabalho com a imprensa possibilita ao professor-pesquisador interpretar com autonomia acontecimentos e ampliar os horizontes interpretativos, contribuindo para uma escrita histórica sensível às relações de poder e aos silenciamentos que compõem o tecido histórico brasileiro.

METODOLOGIA

O presente artigo tendo por objetivo externar o processo de produção do estudo *Canudos - palco para a afirmação republicana: um olhar através da grande imprensa do Rio de Janeiro*, assim como demonstrar a importância da formação do professor enquanto pesquisador, capaz de gerir os conhecimentos com os quais trabalha em sala de aula, não limita a metodologia aqui apresentada à descrição de técnicas de pesquisa. Assim, busca evidenciar os caminhos percorridos, as escolhas metodológicas e os desafios enfrentados ao longo do processo - de pesquisa e escrita -, ressaltando a contribuição desse para a formação integral e eficaz do professor-pesquisador.

O desenvolvimento da pesquisa teve como ponto de partida um estudo acerca do uso da imprensa como fonte primária - fonte que foi pré-estabelecida para a construção da coletânea de capítulos. Assim, utilizou-se essencialmente a imprensa, tendo-se de base a historiografia já produzida da Guerra de Canudos. Mais especificamente, utilizou-se a grande imprensa, na busca de ter uma visão mais global, mesmo tendo conhecimento de que nenhum meio de comunicação é neutro. Ainda assim, utilizar a grande imprensa permite analisar os discursos que chegavam diariamente a grande massa. Esse era um dos meios de construção de



uma visão e opinião geral, unânime da sociedade, de acordo com os interesses desse meio de comunicação.

Para tanto, foi utilizada a Hemeroteca Digital Brasileira⁴, onde foi acessada a imprensa do Rio de Janeiro - até então capital do país. Os jornais de grande circulação do período escolhidos foram o *Jornal do Brasil*⁵ e *O Paiz*⁶. Assim, também foi fundamental fazer uma pesquisa acerca das ideologias, fundamentos e posições desses jornais. Pois, considerando que esses não são neutros, também é fundamental que ao utilizar a imprensa observe-se os objetivos discursivos dessa e quem está por trás das publicações e da direção da mesma.

Prosseguindo, o recorte temporal adotado concentrou-se, majoritariamente, no período entre junho e outubro de 1897, correspondente à fase final da Guerra de Canudos, momento em que intensificaram-se as operações militares e os discursos de exaltação a República e ao Exército. Além dessas, foi analisada mais uma única edição do *Jornal do Brasil*, de 6 de novembro, onde contém decorrências do massacre no arraial e do embate entre os republicanos - a publicação é referente ao atentado, por meio de florianistas, ao presidente vigente Prudente de Moraes, esse que não foi derrubado devido a sua vitória sobre Canudos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico que sustenta este artigo - e, conseqüentemente, o capítulo *Canudos - palco para a afirmação republicana: um olhar através da grande imprensa do Rio de Janeiro* - calca-se em três eixos principais: a historiografia da Guerra de Canudos, os estudos que articulam o uso da imprensa como fonte histórica e imprensa em si. Esses campos teóricos dialogam entre si ao permitir compreender Canudos não apenas como um episódio

⁴ O *Jornal do Brasil*, fundado em 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco, passou por mudanças editoriais significativas ao longo da década de 1890, especialmente após sua venda, em 1894, para a firma Mendes e Cia. Sob a redação de Fernando Mendes de Almeida, o jornal afastou-se das grandes disputas políticas e passou a privilegiar temas de interesse popular, ficando conhecido como “O Popularíssimo”. Em 1897, essa orientação contribuiu para intensificar a cobertura da Guerra de Canudos, atendendo à grande expectativa da população da capital por notícias sobre o conflito.

⁵ O *O Paiz*, fundado em 1884, destacou-se como um dos principais periódicos do final do século XIX, desempenhando papel central na difusão das ideias republicanas e na formação da opinião pública urbana. Embora se declarasse apartidário, o jornal manteve uma linha editorial claramente simpática ao projeto republicano, reunindo intelectuais comprometidos com a modernização política do país. Atuou como um importante instrumento de circulação e legitimação das ideias republicanas no contexto da transição da Monarquia para a República.

⁶ A Primeira República pode ser denominada pela historiografia como República Velha ou República Oligárquica, esses termos são utilizados para enfatizar o predomínio das elites agrárias regionais e das oligarquias no controle do poder político. Essas denominações são muitas vezes questionadas e contestadas por parte dos historiadores - sobretudo por sua tendência a homogeneizar um período marcado por disputas, tensões e diferentes projetos políticos, ou por deixar subentendido que depois dela tem-se uma República Nova e que ideários marcantes desse contexto foram superados na atualidade -, portanto opto em chamar de Primeira República o período de 1889 a 1930.



isolado de conflito no sertão da Bahia, mas como um acontecimento central para a consolidação simbólica, social e política da Primeira República brasileira.

Nesse sentido, primeiramente é necessário refletir sobre o papel da imprensa enquanto meio de comunicação no final do século XIX. Em um contexto marcado por profundas transformações políticas, sociais e econômicas, os jornais constituíam-se como uma das principais formas de acesso à informação, sobretudo para as populações urbanas que estavam geograficamente distantes do sertão nordestino e, portanto, sem condições de acompanhar diretamente os acontecimentos. A imprensa, assim, não apenas informava, mas também produzia imagens, interpretações e representações sobre os fatos, moldando percepções e orientando leituras sobre o que ocorria em regiões consideradas periféricas em relação aos centros de poder - acreditava-se assim, que naqueles confins estava a “barbárie”, enquanto no centro estava a “civilização”.

Compreender a imprensa como fonte histórica implica reconhecê-la como um espaço de disputas discursivas, atravessado por interesses políticos, econômicos e ideológicos. Com isso entende-se que “tomar o jornal como fonte não significa pensá-lo como receptáculo de verdades; ao contrário, o que se propõe é pensá-lo a partir de suas parcialidades” (SILVA, M.; FRANCO, J. 2010, p. 5)

Patrick Charaudeau, em sua obra *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*, destaca que a história é marcada por encontros e confrontos entre grupos humanos, estruturados por relações de poder, diferenciação e dominação. Esses conflitos e disputas também se expressam no plano simbólico, por meio dos discursos que circulam socialmente, entre eles os produzidos pela imprensa.

“A história é feita de encontros de indivíduos, de grupos, de populações. Esses encontros se acompanham de confrontos, de conflitos, cuja resolução ora é o deslocamento dos grupos humanos, ora a eliminação de um deles, ora a integração de um no outro ou a assimilação de um pelo outro, mas sempre através de relações de diferenciação, de dominação, de sujeição.” (CHARAUDEAU, P. 2016, p. 23).

A produção jornalística, como supracitado, não pode ser compreendida como neutra ou objetiva. As informações veiculadas nos jornais são atravessadas por sistemas de crenças, valores e posicionamentos que orientam a construção das notícias e dos textos opinativos - do mesmo modo essas notícias também são recebidas por pessoas que não são um recipiente em branco, são marcadas por situações que moldam a forma com que interpretam o seu entorno.

“Toda opinião é, pois, subjetiva e relativa. É subjetiva porque o saber no qual se apoia depende dos sistemas de crença que atravessam cada indivíduo: o julgamento de opinião é um saber que procede do ser. É relativa porque, por sua subjetividade,



todo ponto de vista, todo julgamento, tem seu contrário” (CHARAUDEAU, P. 2016, p. 34).

Assim, os discursos jornalísticos expressam visões de mundo específicas, que disputam legitimidade no espaço público e contribuem para a formação da chamada opinião pública. A discussão acerca da manipulação dos discursos também se mostra central para a análise da imprensa. Charaudeau problematiza o próprio conceito de manipulação, destacando sua complexidade e historicidade, ao afirmar que “a manipulação é uma noção imprecisa que pode ser empregada em diversos sentidos” (CHARAUDEAU, P. 2016, p. 67). Ainda que os meios de comunicação não se assumam como manipuladores, seus discursos são sempre orientados para produzir determinados efeitos de sentido. Como o próprio autor ressalta, “as mídias de informação (rádio, imprensa, televisão) dirão que sua missão não é manipular pessoas, mas informá-las. Isso é verdade. Mas o que se pergunta é se existe informação objetiva” (CHARAUDEAU, P. 2016, p. 120), sobretudo quando a necessidade de alcançar um grande público conduz à espetacularização dos acontecimentos. Nesse sentido, Maria Helena Capelato contribui com a discussão ao analisar que a imprensa também é um produto, uma mercadoria que está sendo vendida, principalmente com a privatização de alguns periódicos.

“Quando os jornais se transformam em empresas, passaram a produzir uma mercadoria específica: a “mercadoria política”. Essa dupla identidade (comercial e política) acabou permitindo que a “grande imprensa”, instituição pública, continuasse interferindo na política em nome da “opinião pública” e, na condição de instituição privada, atuasse como empresa comercial geradora de lucro. Essa dupla inserção permitiu que os donos de jornais justificassem suas opiniões e intervenções políticas como representativas da “opinião pública”. (CAPELATO, M. 2015, p. 122)

No Brasil, segundo Capelato (2015), a consolidação da chamada “grande imprensa” ocorreu nas últimas décadas do século XIX, período marcado por transformações econômicas, sociais e políticas, como a urbanização, o fim do trabalho escravo e a instauração da República, sendo a circulação dos grandes jornais restrita, sobretudo, às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo . Esses periódicos passaram a exercer papel central na mediação entre os acontecimentos e a sociedade urbana.

Assim, nos primeiros anos da República, a imprensa esteve diretamente envolvida com os debates políticos e com a defesa do novo regime. Muitos dessa participaram ativamente do movimento republicano e deram voz a esses discursos. Essa postura reforça a compreensão da imprensa como agente político, e não como mera observadora dos acontecimentos. Nesse sentido, a autora destaca que a imprensa “foi louvada por escritores proeminentes como Machado de Assis que demonstrou grande entusiasmo em relação à imprensa, vista como expressão de um tempo de grandes renovações.” (CAPELATO, M. 2015, p. 125)



“O jornal é a verdadeira forma de república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das idéias e o jogo das convicções.” (CAPELATO, M. 2015, p. 125)

Capelato ainda acrescenta em seu trabalho que para a imprensa ser utilizada de forma crítica como fonte histórica, é fundamental considerar tanto seus aspectos externos quanto internos. Com uma abordagem que possibilite identificar interesses, silenciamentos e estratégias discursivas presentes nas publicações, além de ideologias que orientam editoriais.

“A análise de jornais da “grande imprensa” requer pesquisa sobre aspectos externos e internos do periódico. [...] A análise interna pressupõe a compreensão do conteúdo (textos opinativos e informações) e da forma (diagramação, imagens, anúncios). No que se refere ao estudo da ideologia que orienta as opiniões expressas no jornal, cabe privilegiar a análise dos editoriais, espaço destinado à exposição das ideias e causas defendidas pelos donos dos periódicos. [...] A análise do conteúdo pressupõe análise externa relacionada ao conhecimento do contexto histórico ao qual se refere a periodização estabelecida para a pesquisa e também às mudanças ocorridas ao longo desse período.” (CAPELATO, M. 2015, p. 131)

Dessa forma, é possível perceber como os jornais não apenas informaram sobre o “conflito” no Arraial de Canudos, mas construíram imagens, classificações e interpretações que moldaram a percepção da sociedade urbana acerca do sertão, dos sertanejos e do próprio papel do Estado republicano. É nesse cenário discursivo, permeado por interesses e disputas simbólicas, que se insere a produção intelectual de Euclides da Cunha, cuja obra dialoga diretamente com - e, em muitos momentos, tensiona - as narrativas veiculadas pela grande imprensa de seu tempo - ademais, Euclides produziu sua celebre obra num contexto jornalístico.

Assim, no que se refere à historiografia de Canudos, o ponto de partida inevitável, tanto quanto indispensável, é *Os Sertões*, escrito por Euclides da Cunha durante sua participação na Guerra. O livro marcou profundamente a forma como o conflito foi interpretado e difundido ao longo do século XX. Embora escrita sob forte influência do cientificismo e do determinismo da época, a obra inaugurou uma leitura que evidenciou a complexidade social, política e cultural do sertão, bem como do sertanejo, rompendo parcialmente com a visão oficial que classificava Canudos apenas como um foco de fanatismo religioso. Assim, tentando explicar Canudos a partir de múltiplas dimensões - o meio, o homem e a luta - articulando elementos da geografia, da sociologia, da história e da literatura, sendo essa obra responsável por caracterizar a força do sertanejo.

“Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na



frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.” (CUNHA, E. 2014, p. 612)

A centralidade de Euclides da Cunha nos estudos sobre a Guerra de Canudos justifica-se não apenas pela relevância intelectual de sua obra, mas também pela posição singular que ocupou enquanto testemunha direta dos acontecimentos. Euclides foi enviado ao sertão baiano em 1897 como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*, com a missão inicial de relatar a quarta - e última - expedição de Canudos. Sua ida ao local ocorreu, portanto, a partir de um olhar alinhado, em um primeiro momento, às concepções dominantes da época, que viam o movimento liderado por Antônio Conselheiro como uma ameaça à ordem republicana recém-instaurada.

A vivência no sertão e o contato direto com a realidade da guerra, entretanto, influenciaram e modificaram sua interpretação do conflito. A observação das condições geográficas, sociais e humanas da região, bem como da brutalidade da repressão militar, levaram Euclides a questionar as narrativas oficiais que circulavam amplamente na imprensa. Esse deslocamento intelectual resultou na sua magnífica obra, publicada em 1902, que consolidou-se como marco fundador da historiografia sobre Canudos - considerada por muito tempo como a HISTÓRIA de Canudos. Ademais, ela veio a denunciar, ainda que de forma ambígua, a violência perpetrada pelo Estado republicano, expondo as contradições de uma República que, em nome do progresso e da civilização, promoveu o extermínio de uma população marginalizada.

Nesse sentido, a obra de Euclides da Cunha configura-se ainda hoje como uma referência obrigatória para o estudo de Canudos, tanto por inaugurar um olhar mais atento às condições sociais do sertão quanto por revelar os limites e paradoxos do projeto republicano brasileiro. Para o professor-pesquisador, dialogar com *Os Sertões* significa compreender não apenas o evento histórico em si, mas também o processo de construção das narrativas sobre Canudos, aspecto fundamental para problematizar fontes, discursos e interpretações consolidadas.

Avançando nesse debate, a historiadora Maria Isaura Pereira de Queiroz é outra autora sempre presente nos estudos de Canudos, sua obra *Messianismo no Brasil e no mundo* contribuiu para uma interpretação sociológica do episódio, enfatizando o caráter social dos movimentos messiânicos e contestando leituras que reduziam Canudos a um desvio religioso, buscando não caracterizar todos os movimentos ocorridos no período como iguais ou de mesmas intenções.



A autora problematiza os chamados movimentos messiânicos, recusando explicações simplificadoras que os reduzem a expressões de fanatismo ou atraso cultural. Ao enfatizar conceitos como marginalidade social, crise das estruturas tradicionais e resistência das populações excluídas frente às transformações políticas e econômicas. Sua abordagem permite analisar o arraial não como um desvio da ordem, mas como uma forma organizada de contestação às imposições do Estado e às dinâmicas excludentes do projeto republicano. Além disso, ela também discute acerca da figura de Antônio Conselheiro, caracterizando o que seria a representação do líder carismático, característico de alguns movimentos.

“[...]têm como fulcro um indivíduo que se acredita possuir atributos sobrenaturais e [...] que só se salvarão os seus adeptos; estes buscam ou desencantar um Reino ou fundar uma Cidade Santa, pondo para isto em prática os comportamentos aconselhados pelo líder.” (QUEIROZ, M. 1977, p. 305)

Assim, aponta que o beato tinha “a religião como o objetivo mais importante” (QUEIROZ, M. 1977, p. 308) antes e durante a guerra que desenrolou-se no Arraial de Canudos.

Sendo fundamental compreender o contexto do período ao estudar o movimento e o massacre torna-se preciso considerar, na historiografia brasileira, autores como Emília Viotti da Costa em sua obra *Da Monarquia à República* e a coletânea *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo oligárquico [...] Primeira República (1889-1930)*, organização de Jorge Ferreira, com esses estudos é possível ampliar a análise e a discussão ao observar Guerra de Canudos sob o contexto das transformações políticas do final do século XIX, destacando as contradições do projeto republicano e o uso da violência estatal como instrumento de afirmação do novo regime, caracterizado por um período frágil no qual era “impossível manter a estabilidade e a paz quando havia tantos grupos disputando a liderança.” (COSTA, E. 1999, p. 396). Não havendo uma República unificada tinham-se os republicanos jacobinos, esses buscavam deslegitimar o governo de Prudente de Moraes, por objetivarem um governo de militares. Além do mais, a posição política do então presidente ficou ainda mais fragilizada e questionada com a morte do Coronel Moreira César, na segunda expedição a Canudos. O militar era figura central na continuação do legado e ideias de Floriano Peixoto, com sua morte “desfizeram-se as esperanças dos florianistas que procuravam utilizar-se do terrível coronel como principal instrumento de suas manobras políticas contra o governo civil” (MONIZ, E. 2001, p. 77), sendo tal perda atribuída a má gestão de Prudente.

Assim, ao analisar Canudos enquanto um episódio revelador das tensões entre o centro e a margem, observa-se que essa era até então esquecida e nem mesmo notada pelos novos



dirigentes da nação. Esses buscavam superar a Monarquia, mas não tinham por princípio ceder espaço para a população, em especial a interiorana e miserável. No “novo” cenário de ordem e progresso “nada parecia romper uma rotina secular firmemente alicerçada no privilégio [...] e nas rígidas hierarquias assentadas sobre a propriedade, a violência e o medo.” (NEVES, M. 2018, p.11)

Ao dialogar com a historiografia é possível observar a imprensa como agente ativo na construção das narrativas sobre Canudos, atuando na legitimação das ações do Exército e na difusão de uma imagem do sertão como espaço da barbárie e de perigo. Os jornais contribuíram para naturalizar a repressão violenta empreendida pelo Estado, reforçando a ideia de que a destruição do arraial era necessária para a sobrevivência da República. Dessa forma, objetiva-se fazer uma leitura crítica e sensível dos episódios que culminaram na Guerra de Canudos, o desenrolar dela e ainda as consequências da mesma. Mesmo rendidos, ao fim da guerra, mais de 300 canudenses - entre homens, mulheres, crianças e idosos - acabaram degolados pelas autoridades. Assim, evidencia-se a participação de soldados gaúchos no massacre sangrento e cruel, especificamente no ato da degola.

“Os gaúchos agarravam cada derrotado “pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na”. Conforme Manoel Benício, correspondente do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, essas degolas ocorriam “sem diferença a sexo e a idade.” (AHLERT, J. 2012)

Foram os soldados do extremo sul do Brasil, que percorreram mais de 2500 quilômetros rumo ao nordeste brasileiro, para ensinar os demais militares a “arte” da degola. Assim, faz-se essencial que esses aspectos - muitas vezes despercebidos, propositalmente ou não, ao estudar a Guerra - sejam postos, refletidos e debatidos em sala de aula; de modo, também, a analisar a história do Brasil como fruto do entrelaço da história “individual” de cada estado, histórias que não são independentes e articulam-se entre si, sendo essas formadoras do Brasil.

“A participação de gaúchos na barbárie brasileira e da bacia do Prata pode ser explicada, em certas nuances, pela teoria do historiador militar inglês John Keegan. Em Uma história da guerra, ele classifica os “povos pastoreadores” - definição que se ajusta à sociedade sulina - como especialistas da morte. Além do modo de viver e produzir, a história rio grandense é a própria efetivação do que chamou de “programa de matança”[...]” (GOLIN, T. 1999, p. 31)

Por fim, ao observar, elucidar e interpretar essas diferentes ideias e contribuições historiográficas, tanto a pesquisa já realizada quanto o presente artigo reafirmam a importância do trabalho com fontes primárias e da reflexão teórica para a formação do professor-pesquisador, capaz de questionar interpretações cristalizadas e compreender os usos



políticos do passado - principalmente no que tange ao discurso e ao papel dos meios de comunicação; além de produzir leituras historicamente situadas e socialmente comprometidas, rompendo com um ensino de transposição como aponta Lucas Santiago:

“Na contemporaneidade, com tantas informações à palma da mão, não se admite o mero ensino tradicional em sala de aula, a dita transferência de conhecimentos. Para forjar uma educação de qualidade e buscar desenvolver práticas contextualizadas tem-se a pesquisa como instrumento norteador.” (SANTIAGO, L. 2024, p. 2)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da grande imprensa do Rio de Janeiro evidenciou o papel ativo dos jornais na construção de uma narrativa que legitimou a repressão estatal contra Canudos. Os periódicos analisados associaram os sertanejos à barbárie e ao fanatismo, enquanto exaltaram o Exército como defensor da ordem e do progresso, contribuindo para a formação de uma opinião pública favorável à destruição do arraial.

A confrontação dessas fontes com a historiografia permitiu problematizar interpretações simplificadoras do conflito, evidenciando seu caráter político e sua centralidade no processo de afirmação da Primeira República. Além disso, o trabalho com a imprensa como fonte primária mostrou-se fundamental para a formação do professor-pesquisador, ao estimular uma postura crítica frente às narrativas historicamente consolidadas e reforçar a articulação entre ensino e pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de pesquisa e produção do material constituiu-se como uma experiência formativa extremamente relevante e pertinente para a consolidação do professor enquanto pesquisador. Assim, afasta-se daquele profissional que apenas transpõe o conhecimento produzido na academia, sem ter a capacidade de questionar e contribuir. Ademais, o manuseio da imprensa do período estudado evidenciou a importância de uma postura crítica frente às narrativas historicamente construídas. A análise dos periódicos permitiu compreender a Guerra de Canudos como um episódio central para a afirmação da Primeira República, revelando um Estado ainda frágil, que utilizou a violência extrema como estratégia de legitimação. O massacre ocorrido no sertão baiano expôs um governo hostil e autoritário que, diante da miséria das populações sertanejas, encontrou em Canudos a oportunidade de demonstrar sua suposta imponência e de fortalecer projetos políticos em disputa. A imprensa desempenhou papel decisivo nesse processo ao construir a figura dos conselheiristas enquanto inimigos da nação e ao difundir um discurso unificador em torno da defesa da ordem e do



progresso - pautado em ideais positivistas e crenças de avanço e evolução. Ao reforçar imagens estigmatizadas e versões oficiais dos acontecimentos, os jornais contribuíram para legitimar o extermínio e para mobilizar a opinião pública urbana contra Canudos, transformando populações marginalizadas em símbolos de estagnação, retrocesso e perigo à República.

REFERÊNCIAS

AHLERT, J. Degolas á gaúcha Tropas vindas dos pampas destacaram-se na Guerra de Canudos por seus trajes exóticos e sua extrema violência na execução dos sertanejos. História Licenciatura. 2012. Disponível em: <https://hid0141.blogspot.com/2012/10/degolas-gaucha-tropas-vindas-dos-pampas.html>

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILHAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (Org). História das Américas: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo : Humanitas, CAPES, 2015, p. 114-136.

CHARAUDEAU, P. A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas. São Paulo, Editora Contexto, 2016

COSTA, E. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo, Fundação Editora UNESP, 1999.

CUNHA, E. Os Sertões. Rio de Janeiro, Fundação Darcy Ribeiro, 2014.

FERREIRA, J. et al. O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo oligárquico [...] Primeira República (1889-1930). 10. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.

GOLIN, T. Visualidades do Sul: história e livros. EDIUPF, Passo Fundo, 1999.

MONIZ, E. Canudos: A luta pela terra. 9. ed. São Paulo, Global Editora e Distribuidora, 2001.

SANTIAGO, L. A importância do professor pesquisador na contemporaneidade. Salão do Conhecimento, v. 10, n. 10, 2024. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/25943>

